

Apresentação ao Dossiê Temático “*Engenharia Social e Modernidade: Os Impactos do Darwinismo Social e da Eugenia no Contexto Intelectual do Brasil e de Portugal*”

Presentation to the Thematic Dossier “*Social Engineering and Modernity: The Impacts of Social Darwinism and Eugenics in the Intellectual Context of Brazil and Portugal*”

Bem-vindos ao Dossiê

Visando alargar a compreensão das influências do darwinismo social e da eugenia no contexto português e brasileiro, os organizadores deste Dossiê iniciaram um processo investigativo durante o 9º Congresso Internacional de Antropologia da Asociación de Antropólogos Iberoamericanos en Red — AIBR, realizado na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) em agosto de 2023. O Painel temático organizado por Daniel Florence Giesbrecht, intitulado “Os Limites da Antropologia: Impactos do Darwinismo Social e da Eugenia nas Propostas de Engenharia Social entre os Finais do Século XIX e Meados do Século XX”, foi concebido para fomentar uma análise integrada dessas questões. O propósito era incentivar a apresentação de trabalhos que contemplassem tanto a interdisciplinaridade quanto a transdisciplinaridade, para uma abordagem mais abrangente e fluida sobre as consequências desses conceitos em aspectos diversos.

Considerando o êxito do Painel, evidenciado pelo compromisso dos pesquisadores participantes, a qualidade dos trabalhos apresentados e as discussões realizadas, concluímos que a publicação dessas contribuições seria extremamente valiosa, além de constituir-se numa possibilidade de agregar outros autores, cujas pesquisas são, do mesmo modo, fundamentais ao tema proposto. Assim, é com grande satisfação que apresentamos o Dossiê “Engenharia Social e Modernidade: os Impactos do Darwinismo Social e da Eugenia no Contexto Intelectual do Brasil e de Portugal”, agora publicado.

Para abrir esta coletânea, cumpre assinalar que a eugenia, ao influenciar a compreensão e a gestão de temas como infância, “doenças” mentais e criminalidade, proporcionava um enfoque que ligava a genética e o melhoramento racial a diversas áreas da vida humana. Por conseguinte, a saúde e a qualidade genética dos indivíduos deveriam ser protegidas desde o nascimento, o que

demandava a implementação de práticas e políticas que visassem selecionar e promover o desenvolvimento de crianças que atendessem aos padrões requisitados. É sobre este tema que Joana Vale Guerra se debruça em *A Crença na Inferioridade Moral e Intelectual das Crianças Pobres em Portugal: Um Ponto de Viragem*. Segundo Joana Guerra, em Portugal, a abordagem da pobreza infantil era considerada fundamental não apenas para enfrentar os “males sociais” à luz dos novos princípios higienistas, mas também para promover a melhoria da raça nacional. A moralização das crianças de famílias pobres era considerada uma responsabilidade estatal, o que levou à criação de instituições voltadas para a assistência educativa, social e higiênica, baseadas em concepções científicas e pedagógicas fortemente influenciadas pelo darwinismo e pela eugenia. Para sustentar sua argumentação, a autora destaca o quadro social, político e cultural que envolveu a promulgação da Lei de Proteção da Infância, datada de 27 de maio de 1911.

Em prosseguimento às abordagens eugênicas e higienistas referentes ao contexto português, o artigo em coautoria e assinado por Jaqueline Moares de Almeida e Daniel Florence Giesbrecht, traz desde o título a questão: “*Criar Cidadãos Perfeitos para uma República máscula, Forte e Virtuosa*”: O Primeiro Congresso Nacional Feminista e de Educação em Lisboa (1924) e a Modernização da Desigualdade. Aproveitando-se da efeméride de cem anos do Primeiro Congresso Feminista em Lisboa, organizado pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), os autores exploram as conexões entre um certo feminismo e um projeto de nação higienista voltado para o aprimoramento racial. De acordo com os autores, o feminismo institucional do CNMP, ao reivindicar a dignidade e a igualdade de oportunidades para as mulheres, está inserido no projeto de reforma social fundamentado nos princípios eugênicos. Este estudo desafia a ideia convencional de que a eugenia foi um movimento único e coerente, desenvolvido principalmente sob a tutela de estados anglo-saxônicos e, frequentemente, associado a projetos políticos conservadores e autoritários. Em contrapartida, o trabalho aspira demonstrar que o eugenismo também atraiu a adesão de grupos políticos progressistas, como feministas, liberais e socialistas.

Importante mencionar que a Igreja Católica desempenhou um papel crucial na oposição a medidas eugênicas radicais (como esterilização, aborto e controle de natalidade), particularmente em países de matriz latina, como Portugal e Brasil. Sobre esta questão, em Portugal, António Rafael Amaro, em *Eugenismo, Higienismo e Racismo em Portugal na Primeira Metade do Século XX*, ressalta a influência e a disseminação das concepções higienistas, eugenistas

e racistas na sociedade portuguesa da época. Segundo o autor, a tradição higienista, a oposição católica e a baixa aceitação da eugenia entre os círculos liberais conservadores e progressistas de Portugal condicionaram a recepção das teorias e práticas eugênicas no país.

No caso brasileiro, o artigo intitulado *Eugenia e Catolicismo no Brasil: Um Estudo a partir da Produção Intelectual Católica do Rio de Janeiro nas Décadas de 1920 e 1930*, de autoria de Daniel Florence Giesbrecht, investiga a complexa interseção entre eugenia, Igreja Católica e poder discursivo. A partir de fontes bibliográficas e documentais, incluindo publicações católicas no Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1930, o estudo ilumina as intrincadas dinâmicas de poder, controle discursivo e resistência entre eugenia e religião, oferecendo percepções sobre um período fundamental na história das relações entre ciência e fé.

Apesar da resistência católica a intervenções biopolíticas na reprodução humana, alguns eugenistas brasileiros defenderam abertamente medidas polêmicas objetivando melhorar as características da “raça” nacional. No artigo *Renato Kehl e o Radicalismo Eugênico no Brasil dos Anos 1930: uma Análise a partir da Obra Sexo e Civilização: Aparas Eugênicas (1933)*, Vanderlei Sebastião de Souza examina o radicalismo eugênico no Brasil dos anos 1930, destacando as ideias defendidas por Renato Kehl em seu livro *Sexo e Civilização*. Considerado a principal liderança do movimento eugênico brasileiro, Kehl expressou o extremismo das práticas eugênicas, defendendo medidas violentas de segregação racial e controle da reprodução humana.

Ao defender que em grande parte as “doenças” não somente físicas, mas de ordem psíquicas, e que pressupunham uma origem genética, a eugenia justificou a implementação de políticas como a esterilização forçada e a segregação institucional de indivíduos com “transtornos mentais”, com a finalidade de prevenir a transmissão de características consideradas indesejadas. No entanto, em muitos casos, essas práticas eram usadas para justificar o encarceramento e reforçar punições de indivíduos identificados como inferiores por outras razões, como gênero, etnia, posições políticas, dentre outras características. Em seu trabalho *Demolindo Paradigmas da Saúde Mental Brasileira: O Hospital Psiquiátrico de Barbacena e sua Nova Identidade como Museu*, Karen Cristina Galletto reflete sobre o papel utilitário da psiquiatria na construção social da “loucura” e nas práticas de isolamento que refletiam estruturas de poder e exclusão. O estudo examina especificamente o Hospital Psiquiátrico Colônia em Barbacena, Minas Gerais, Brasil, desvelando abusos

e desumanização. A autora utiliza o conceito de *Dark Heritage* para explorar como a memória dos horrores vividos naquele espaço pode contribuir para a conscientização e a busca por justiça social.

Em relação à criminalidade, alguns eugenistas sustentavam que as condutas desviantes são geneticamente predispostas, o que possibilita identificar precocemente predisposições para o comportamento criminoso. Nessa situação, a antropologia física assumiu um papel de destaque, usando técnicas como a antropometria e a frenologia para medir e analisar características físicas que indicariam o comportamento criminoso. Figuras como Cesare Lombroso (1835–1909), com suas teorias sobre o “criminoso nato”, e Paul Broca (1824–1880), pioneiro em estudos craniométricos, eram tidas como símbolos do avanço científico daquele momento.

Em *The Identity of Crime: Contributions from Medicine and Physical Anthropology in Portugal (1880–1940)* [A identidade do crime: contribuições da medicina e da antropologia física em Portugal (1880–1940)], Patrícia Ferraz de Matos faz uma análise meticulosa de como foram identificadas as pessoas consideradas criminosas entre o final do século XIX e o final da década de 1930 no país, tomando por base teorias e práticas relacionadas à “antropologia criminal”, especialmente a partir de trabalhos de médicos e juristas, com destaque para Antônio Mendes Correia (1888–1960).

O artigo em coautoria *O Contexto Político-Científico da Eugenia no Eixo Brasil-Uruguai: Uma Análise Crítica do Quadrante Político Proposto por Maurizio Meloni*, de Leonardo Dallacqua de Carvalho e Angelo Tenfen Nicoladeli, examina a aplicação do quadrante político desenvolvido pelo sociólogo e professor da Universidade de Deakin, Maurizio Meloni, como uma ferramenta analítica e didática para a compreensão política da eugenia. Embora originalmente concebido com base em casos de eugenia europeia e estadunidense, os autores questionam, perspicazmente, se as experiências latino-americanas podem ser contextualizadas dentro das mesmas metodologias propostas por Meloni. Para tanto, analisam quatro figuras proeminentes no campo da eugenia, no Brasil e no Uruguai, posicionando-as no quadrante para exemplificar a aplicação dessa estrutura de análise: Renato Kehl (1889–1978), Roquette-Pinto (1884–1954), Paulina Luisi (1875–1950) e Belisário Penna (1836–1906).

Presentemente, a questão do antissemitismo e das relações com as comunidades judaicas continua a gerar polêmicas e a suscitar debates acalorados. Os preconceitos e a violência contra os judeus, assim como os extremismos defendidos por grupos sionistas, mostram a relevância de uma análise

mais aprofundada das raízes históricas e sociais dessas questões. A trajetória dos judeus e marranos (cristãos-novos) é particularmente reveladora, não somente pelas perseguições sofridas ao longo dos séculos, mas também pelas estratégias de resistência e sobrevivência adotadas por essas comunidades. O artigo de João Paulo Avelãs Nunes, com o título *Judeus e Marranos, em Portugal e no Brasil, na Primeira Metade do Século XX: Anti-semitismo e Darwinismo Social?*, procura, em primeiro lugar, caracterizar a evolução dos portugueses de origem judaica do início do século XVI até o início do século XIX. Em seguida, analisa a situação específica dos portugueses e brasileiros de origem marrana desde 1830 até o período imediato pós-Segunda Guerra e pós-Holocausto. O artigo também discute as possibilidades e os riscos de estabelecer estratégias de patrimonialização e intervenção sociocultural fundamentadas tanto na produção histórica e em outras ciências sociais quanto na memória e pós-memória sobre os judeus e os marranos em Portugal e no Brasil.

No Brasil, país caracterizado pela mestiçagem e diversidade étnica, influenciado por uma ampla gama de povos, o darwinismo social gerou intensos debates, como já visto antes. Se fosse verdadeiro que a evolução social depende da composição racial e que há uma hierarquia entre raças, a sociedade brasileira mestiça estaria condenada a um “nível evolutivo inferior”. A miscigenação agravaria a situação, pois a mistura racial degradaria as qualidades das raças consideradas superiores, conduzindo à decadência. Em *Tão Bom Como Tão Bom: Discursos Afro-Brasileiros, Racismo e Projeto de Nação na Bahia (1889–1937)*, Flávio Gonçalves dos Santos examina a posição dos afro-brasileiros diante dos discursos racistas. A Bahia, com seu grande contingente de descendentes de africanos e como polo de ideologias raciais, especialmente na Faculdade de Medicina e por intelectuais como Nina Rodrigues, serve de marco geográfico. O texto se concentra, de maneira singular, nas percepções dos afro-brasileiros a respeito do racismo científico e suas estratégias para combatê-lo.

Encerrando o Dossiê, a análise volta-se para a questão da produção do pensamento eugênico no Brasil, porém, mais especificamente na região Sul. No texto *Eugenia, Pensamento Social e Discursos Identitários no Brasil: Entre “Heróis Capengas”, “Urupês de Pau Podre” e “Manchas Loiras”*, assinado por Maria Julieta Weber, a autora explora os debates eugênicos e suas repercussões no pensamento social brasileiro, enfatizando os discursos identitários de natureza nacional e regional. Na primeira parte, Julieta Weber examina as relações entre a eugenia e o pensamento social, integrando elementos de sanitarismo, higienismo e construção identitária nacional. Em seguida, analisa a produção intelectual de representação identitária no Sul do Brasil, focando

nas argumentações de Bento Munhoz da Rocha Netto (1905–1973) e Wilson Martins (1921–2010), ambos escritores, políticos e professores universitários paranaenses. Esses intelectuais contrapõem-se ao modelo teórico regionalista sobre a formação brasileira elaborado por Gilberto Freyre (1900–1987), oferecendo uma perspectiva alternativa e, no mínimo, inusitada à construção identitária regional.

Em suma, a comparação dos impactos do darwinismo social e da eugenia em Portugal e no Brasil elucidam como conceitos científicos foram instrumentalizados segundo as particularidades culturais, históricas e religiosas de cada país. Analisar cada um desses domínios, complexos e multifacetados, requer abordagens interdisciplinares que integrem diversas áreas do conhecimento, incluindo história, ciências sociais, psicologia, medicina, educação e religião. Além disso, é imprescindível examinar esses temas a partir de distintas escalas de análise, seja pelo viés das diferenciadas perspectivas regionais, seja por estudos de cunho comparativo, de forma a reconhecer a importância das peculiaridades culturais na formação das identidades e nas dinâmicas sociais ao longo do tempo.

A história, de acordo com René Remond, ao tomar como objeto fundamental a observação das mudanças, tem também a missão de propor uma história da história de forma a elucidar “o rastro das transformações da sociedade” e “as grandes oscilações dos movimentos das ideias”¹. Assim sendo, esperamos que os onze artigos reunidos neste Dossiê possam contribuir de maneira significativa para o avanço do conhecimento na história das ciências, incentivando novas discussões e futuras investigações.

Boa leitura!

Daniel Florence Giesbrecht

Maria Julieta Weber

(Organizadores)

Artigo recebido para publicação em 02/09/2024

Aprovado em 03/09/2024.

¹ REMOND, René. “Uma história presente” In REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 13.